



## CONTRATO Nº. 024/2015/DETRAN/MT

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO – DETRAN-MT E A EMPRESA DISP SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA EPP PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA.**

O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN DE MATO GROSSO, Autarquia Estadual, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.829.702/0001-70, sediado à Avenida Dr. Hélio Ribeiro, nº. 1000, no Centro Político Administrativo, Cuiabá-MT, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Presidente **Sr. ROGERS ELIZANDRO JARBAS**, com delegação de poderes concedida por ato governamental nº 054/2015, publicado no Diário Oficial em 07 de Janeiro de 2015, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 237134767 SSP/SP, e inscrito no CPF sob o nº. 095.695.858-38, residente e domiciliado em Cuiabá-MT, e seu Diretor de Administração Sistêmica, **Sr. ARNON OSNY MENDES LUCAS**, com delegação de poderes concedida por ato governamental nº 4.822/2015, publicado no Diário Oficial em 09 de julho de 2015, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 09056831 SEJUSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 667.789.211-53, residente e domiciliado em Cuiabá-MT e de outro lado a empresa **DISP SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA EPP**, doravante denominada **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ nº. 05.052.780/0002-18, localizada na Rua Jaime de Vasconcelos, n.º 44, Lote 08, Bairro Cidade Alta, CEP 78030-000, Cuiabá/MT, representada pelo **Sr. LUCIANO LOPES DA COSTA GOMES**, brasileiro, portador da identidade nº. 206.256 – SSP/MT e do CPF nº. 406.376.031-68, celebram o presente Instrumento para a **prestação do serviço de vigilância armada patrimonial** decorrente do **Pregão Eletrônico n.º 006/2015/DETRAN/MT**, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e ainda, pelas cláusulas a seguir:

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. O objeto do presente contrato consiste na prestação do serviço de vigilância armada patrimonial nas unidades do DETRAN/MT localizadas no interior do Estado, compreendendo, além da mão de obra, o fornecimento de uniformes e o emprego de todos os equipamentos, ferramentas e EPIs necessários à execução dos serviços, em conformidade com as condições e especificações constantes no processo nº 233266/2015.

### 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA SUJEICÃO DAS PARTES

- 2.1. As partes declaram-se sujeitas às normas previstas na Lei Federal 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações ulteriores e, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos e pelas disposições de direito privado, bem como, pelas cláusulas e condições deste Contrato e o estabelecido no Pregão Eletrônico n.º 006/2015/DETRAN/MT.

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DA EXECUÇÃO

- 3.1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses.



**CONTRATO Nº. 024/2015/DETRAN/MT**

- 3.2. A vigência e a execução contratual terão início a partir de 01 de fevereiro de 2016.
- 3.3. O presente contrato será prorrogado, mediante aditivos, a cada 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:
- 3.3.1. Prestação regular dos serviços;
  - 3.3.2. Não aplicação de punições de natureza pecuniária por três vezes ou mais, exceto quanto a penalidades aplicadas por atraso na entrega da garantia;
  - 3.3.3. Manutenção do interesse pela Administração na realização do serviço;
  - 3.3.4. Manutenção da vantajosidade econômica do valor do contrato para a Administração; e Concordância expressa da CONTRATADA pela prorrogação.

**4. CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO**

- 4.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução dos serviços, o valor unitário conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	Quant. mensal	Valor Un. mensal	Valor Total mensal
01	SERVIÇO ESPECIALIZADO EM VIGILÂNCIA OSTENSIVA ARMADA, DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS DE SEGUNDA-FEIRA À DOMINGO, INCLUSIVE FERIADOS. POSTO. MENSAL. INTERIOR.	252	R\$14.922,94	R\$3.760.580,88
02	SERVIÇO ESPECIALIZADO DE VIGILÂNCIA ARMADA E SEGURANÇA PATRIMONIAL A SEREM EXECUTADOS DE FORMA CONTÍNUA, INCLUINDO TODOS OS INSUMOS NECESSÁRIOS, DE ACORDO COM A LEI Nº 7.102/83, ALTERADA PELAS LEIS Nº 8863/94 E 9017/95 REGULAMENTADA PELOS DECRETOS Nº 89.056/83 E 1592/95 E PORTARIA Nº 387/2006 DG/DPF, COM A SEGUINTE DESCRIÇÃO DO POSTO: POSTO 12 HORAS NOTURNO COM 24 HORAS SDF (SÁBADO, DOMINGO E FERIADO). INTERIOR DO ESTADO DE MATO GROSSO POSTO. MENSAL.	192	R\$10.284,20	R\$1.974.566,40
TOTAL DE POSTOS		37		
TOTAL MENSAL		R\$477.928,94		
VALOR ANUAL R\$5.735.147,28 (cinco milhões setecentos e trinta e cinco mil cento e quarenta e sete reais e vinte e oito centavos)				

- 4.1.1. Poderá ser permitido o reajuste do **CONTRATO**, de acordo com o artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, tendo como base a planilha de formação de preços.



## CONTRATO Nº. 024/2015/DETRAN/MT

### 5. CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

5.1. Para fins de acompanhamento do adimplemento de suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, a CONTRATADA deverá entregar ao DETRAN-MT, a documentação a seguir relacionada:

5.1.1. Mensalmente, acompanhando a Nota Fiscal/Fatura referente ao serviço prestado, no setor responsável pela fiscalização do contrato, cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas de originais, dos seguintes documentos:

- a) Certidão Negativa de Débito da Previdência Social – CND;
- b) Certidão de Regularidade do FGTS-CRF;
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- d) Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

5.1.2. No prazo de 15 (quinze) dias, caso solicitado pelo fiscal do contrato:

- a) Extratos de Informações Previdenciárias e de depósitos do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço – FGTS de seus empregados, bem como quaisquer outros documentos que possam comprovar a regularidade previdenciária e fiscal da CONTRATADA;
- b) Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o Órgão ou Unidade contratante; cópia do(s) contracheque(s) assinado(s) pelo(s) empregado(s) de qualquer mês da prestação dos serviços ou ainda dos respectivos comprovantes de depósitos bancários;
- c) Os comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale transporte, auxílio alimentação, etc.), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;
- d) Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem previstos em lei;
- e) Outros documentos que comprovem a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da CONTRATADA.

5.1.3. No primeiro mês da prestação dos serviços:

- a) Até 1 (um) dia útil antes do início dos trabalhos, relação nominal dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, RG e CPF;
  - i) Em nenhuma hipótese será permitido o acesso às dependências do DETRAN-MT de empregados não inclusos na relação.
  - ii) Qualquer alteração referente a esta relação deverá ser imediatamente comunicada à FISCALIZAÇÃO.



**CONTRATO Nº. 024/2015/DETRAN/MT**

- b) Até 15 (quinze) dias após o início da prestação dos serviços, ou após a admissão de novo empregado, cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas dos originais da CTPS dos empregados admitidos para a execução dos serviços, devidamente assinada, e dos exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA.

**5.1.4.** Até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços (extinção ou rescisão do contrato), em relação aos empregados que forem demitidos, ou após a demissão de qualquer empregado durante a execução do contrato, apresentar a documentação adicional abaixo relacionada, acompanhada de cópias autenticadas em cartório ou de cópias simples acompanhadas de originais:

- a) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigíveis pelo sindicato da categoria;
- b) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- c) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado demitido.

**5.2.** Recebida a documentação mencionada nesta cláusula, a fiscalização do contrato deverá apor a data de entrega ao DETRAN-MT e assiná-la.

**5.3.** Verificadas inconsistências ou dúvidas na documentação entregue, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 7 (sete) dias corridos, contado a partir do recebimento de diligência da fiscalização, para prestar os esclarecimentos cabíveis, formal e documentalmente.

**5.4.** O descumprimento reiterado das disposições acima e a manutenção da CONTRATADA em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias implicarão rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades e demais cominações legais.

**6. CLÁUSULA SEXTA- DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO**

**6.1.** A CONTRATADA deverá entregar até o dia 5 (cinco) do mês subsequente ao da prestação do serviço, ao setor responsável – Gerência de Serviços Gerais do DETRAN/MT, nota fiscal/fatura dos serviços, emitida em 1 (uma) via, para fins de liquidação e pagamento, de forma a garantir o recolhimento das importâncias retidas relativas à contribuição previdenciária no prazo estabelecido no art. 31 da Lei 8.212/91 e alterações posteriores;

**6.2.** O contratado deverá preencher a Nota Fiscal discriminando o total de cada serviço realizado, descrevendo preços unitários e totais, devendo indicar também no corpo da Nota Fiscal o Número do Contrato, mês de referência dos serviços, nome do banco, agência e conta-corrente onde deverá ser feito o pagamento, que será efetuado via ordem bancária;

**6.3.** A Nota fiscal deverá ser acompanhada de relatório do total das provas emitidas comprovando o quantitativo especificado na Nota Fiscal e será devidamente atestada pelo setor competente que efetuará o controle dos serviços prestados.

**6.4.** A atestação da nota fiscal/fatura correspondente à prestação do serviço caberá ao fiscal do contrato ou a outro servidor designado para esse fim, no DETRAN-MT.

**6.5.** No caso de as notas fiscais/faturas serem emitidas e entregues à CONTRATANTE em data posterior à indicada no item 5.1. desta cláusula, será imputado à CONTRATADA o pagamento dos



## **CONTRATO Nº. 024/2015/DETRAN/MT**

eventuais encargos moratórios decorrentes.

- 6.6.** O pagamento será efetuado pela Diretoria de Administração Sistêmica do DETRAN/MT, no mês subsequente ao da prestação do serviço, através de nota fiscal devidamente atestada pelo Fiscal do contrato, obedecendo aos seguintes critérios: I - despesas essenciais deverão ter os pagamentos agendados para o dia 12; II - despesas circunstanciais deverão ter os pagamentos agendados para o dia 20, de acordo com o Decreto Governamental nº. 11/2015, de 27 de janeiro de 2015.5. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA.
- 6.7.** Se o pagamento dos serviços de cada período ocorrer após a data estabelecida no Decreto Governamental nº. 11/2015, por motivo não imputável à Contratada, incidirá sobre o valor da mesma atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento.
- 6.8.** O valor será corrigido por índice tendo como base o INPC, ou outro índice que venha a substituí-la, calculados pro rata tempore, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$\frac{\text{N}/30}{\text{Em}} = [(1 + \text{INPC}/100) - 1] \times \text{VP}$$

- 6.9.** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira e documentação, sem que isso gere direito de reajustamento de preços, correção monetária ou encargos moratórios.
- 6.10.** A CONTRATADA deverá, durante toda a execução do contrato, manter atualizada a vigência da garantia contratual.
- 6.11.** À CONTRATANTE reserva-se, ainda, o direito de somente efetuar o pagamento após a atestação de que o serviço foi executado em conformidade com as especificações do contrato.
- 6.12.** A CONTRATANTE está autorizada a realizar os pagamentos de salários diretamente aos empregados, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem honrados pela CONTRATADA.
- 6.13.** A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos do contrato.
- 6.14.** O pagamento da nota fiscal fica condicionado à apresentação da contratada dos seguintes documentos:
- 6.14.1.** Certidão Negativa de Débito da Previdência Social – CND;
  - 6.14.2.** Certidão de Regularidade do FGTS-CRF;
  - 6.14.3.** Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
  - 6.14.4.** Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA; e
  - 6.14.5.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
  - 6.14.6.** Comprovação de entrega dos vales-transportes, caso couber, relativos aos funcionários executores das atividades estabelecidas no contrato, devendo haver concordância com a relação de funcionários entregue ao gestor do contrato, conforme Decreto nº. 8199, de 16 de Outubro de 2006, art. 3º, IV.
- 6.15.** Os documentos acima poderão ser modificados caso haja alteração na legislação vigente e ainda poderá ser solicitado algum documento complementar julgado necessário a

5



**CONTRATO Nº. 024/2015/DETRAN/MT**

complementação do processo.

- 6.16.** A não apresentação da documentação de que trata a Cláusula 5.14. deste contrato, nos prazos especificados, ou o não atendimento de regularização no prazo de 30 (trinta) dias contado da solicitação pela fiscalização, poderá ensejar a rescisão do contrato e quaisquer valores retidos somente serão pagos após a comprovação de que os encargos trabalhistas, previdenciários e demais tributos encontram-se em dia.
- 6.17.** Sendo a prestação de serviços realizada nas dependências do órgão/entidade contratante, reter-se-á da contratada o percentual de 11% (onze por cento) do valor da nota fiscal ou fatura, descontado o valor relativo ao custo dos materiais, quando houver, e recolher-se-á ao INSS a importância em até 2 (dois) dias do mês subsequente ao da emissão da respectiva nota fiscal ou fatura.
- 6.18.** Na falta de discriminação do valor do material na Nota Fiscal, Fatura ou Recibo, a base de cálculo para retenção será o seu valor bruto.
- 6.19.** Todas as deduções legais permitidas deverão ser devidamente comprovadas e estar consignada na Nota Fiscal, Fatura ou Recibo de forma discriminada.
- 6.20.** O pagamento da fatura não será considerado como aceitação definitiva dos serviços e não isentará a Contratada das responsabilidades contratuais quaisquer que sejam.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 7.1.** As despesas dos serviços contratados com base na presente licitação deverão ser apropriadas no orçamento de 2016 na seguinte dotação orçamentária

Órgão/Entidade: Departamento Estadual Trânsito: 25301		
Projeto/Atividade	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos
2005	3390-3700	240

**8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

- 8.1.** Este Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as Cláusulas avençadas e na Lei Federal n. 8.666/93, respondendo as mesmas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**8.2. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:**

- 8.2.1.** Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato;
- 8.2.2.** Cumprir e fazer cumprir todas as exigências contidas no Termo de Referência;
- 8.2.3.** Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
- 8.2.4.** Responder, nos prazos legais, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, indenizações, tributos, vale-refeição, vale-transporte, uniformes, crachás, equipamentos de proteção individual – EPI e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;



## CONTRATO Nº. 024/2015/DETRAN/MT

- 8.2.5. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno da CONTRATANTE, inclusive no que se referir ao acesso às dependências onde serão executados os serviços;
- 8.2.6. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens da CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução deste contrato;
- 8.2.7. Comunicar à Administração da CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;
- 8.2.8. Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, com o intento de verificar as condições em que o serviço está sendo prestado;
- 8.2.9. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto deste contrato;
- 8.2.10. Refazer os serviços que, a juízo do representante da CONTRATANTE, não forem considerados satisfatórios, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado;
- 8.2.11. Manter seus empregados sob as normas disciplinares da CONTRATANTE, substituindo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer que seja considerado inconveniente pelo representante da CONTRATANTE;
- 8.2.12. Recrutar, selecionar e encaminhar à CONTRATANTE os empregados necessários à realização dos serviços, de acordo com a qualificação mínima exigida;
- 8.2.13. Manter seu quadro de funcionários devidamente treinados, qualificados, uniformizados, limpos e asseados, identificando-os através de crachás, com fotografia recente, e provendo-os dos equipamentos de proteção individual- EPI s;
- 8.2.14. Cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização do contrato, adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados;
- 8.2.15. Fornecer os equipamentos necessários à prestação dos serviços ora licitados, inclusive armas e munições, sendo a empresa vencedora do certame responsável pela sua manutenção, guarda, utilização e distribuição;
- 8.2.16. Efetuar a reposição da mão de obra nos Postos, em caráter imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra);
- 8.2.17. Assinar o contrato no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da convocação oficial;
- 8.2.18. Comunicar imediatamente ao DETRAN-MT qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros que julgar necessários para o recebimento de correspondência;
- 8.2.19. Coordenar e controlar a execução dos serviços contratados;
- 8.2.20. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados;
- 8.2.21. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou acometidos de mal súbito, por meio do preposto;
- 8.2.22. Instruir os seus empregados quanto à prevenção de acidentes e de incêndios;
- 8.2.23. Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, permitindo a CONTRATANTE o acesso ao controle de frequência;
- 8.2.24. Cuidar da disciplina e da apresentação pessoal dos seus empregados;
- 8.2.25. Substituir os equipamentos em até 24 (vinte e quatro) horas quando apresentarem



**CONTRATO Nº. 024/2015/DETRAN/MT**

defeitos, devendo haver autorização formal da CONTRATANTE;

- 8.2.26.** Solicitar à Administração da CONTRATANTE autorização formal para retirada de quaisquer equipamentos, pertencentes à CONTRATADA, que essa tenha levado para o local de execução do serviço;
- 8.2.27.** Manter sede, filial ou escritório em Cuiabá – MT/ ou Várzea Grande - MT, com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Administração, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários.
- 8.2.27.1.** A CONTRATADA deverá comprovar, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do início da prestação dos serviços, o cumprimento desta obrigação.
- 8.2.28.** Fornecer e exigir dos empregados o uso de todos os equipamentos de segurança recomendados pelas normas regulamentares, quando for o caso, afastando do serviço aqueles empregados que se negarem a usá-los, bem como manter nas dependências do DETRAN membros da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), quando exigido pelas normas de segurança do trabalho;
- 8.2.29.** Responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal até as dependências do DETRAN/MT, Agências Vips e CIRETRANS do interior, por meio próprio ou mediante vale transporte, inclusive em casos de paralisação dos transportes coletivos, bem como nas situações em que se faça necessária a execução dos serviços em regime extraordinário;
- 8.2.30.** Providenciar, para todos os empregados, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do início da prestação dos serviços, cartão cidadão ou outro cartão equivalente expedido por órgão/entidade federal responsável, que possibilite consulta e recebimento de benefícios sociais;
- 8.2.31.** Providenciar, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do início da prestação dos serviços, junto ao INSS, senha para todos os empregados com o objetivo de acessar o Extrato de Informações Previdenciárias pela internet;
- 8.2.32.** Efetuar o pagamento de salários e demais verbas em agência bancária localizada na mesma cidade ou região metropolitana em que o empregado presta serviços;
- 8.2.33.** Pagar os salários de seus empregados, bem como recolher, no prazo legal, os encargos sociais devidos, exibindo, sempre que solicitado, as comprovações respectivas;
- 8.2.34.** Efetuar os serviços de vigilância através de vigilantes profissionalmente capacitados e equipamentos adequados e com número e tipo de pontos e quantidades de horas indicadas, ou seja, de forma ininterrupta, nem mesmo em estado de greve da categoria, através de esquema de emergência.
- 8.2.35.** Utilizar-se exclusivamente de vigilantes habilitados para a prestação dos serviços de vigilância armada ostensiva, portadores de certificado de conclusão do curso de vigilante, devidamente registrado no Ministério do Trabalho e Emprego, ou Órgão competente, na forma da Lei;
- 8.2.36.** Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, devendo saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- 8.2.37.** Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os

0-1 8





## CONTRATO Nº. 024/2015/DETRAN/MT

seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;

- 8.2.38.** Responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
- 8.2.39.** Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos supracitados, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração da CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato.
- 8.2.40.** Caso a CONTRATADA não honre com os encargos trabalhistas e previdenciários concernentes a este contrato, fica a CONTRATANTE autorizada a deduzir das faturas devidas os valores referentes aos salários, auxílios e eventuais direitos trabalhistas.
- 8.2.40.1.** Os valores a que se refere este item deverão ser depositados judicialmente.
- 8.2.41.** A CONTRATADA deverá, se solicitado previamente pela CONTRATANTE, executar os serviços em dias e horários distintos dos estabelecidos originalmente, podendo, nesse caso, haver compensação entre a carga horária semanal estabelecida e aquela prevista na convenção ou acordo coletivo de trabalho da categoria envolvida.
- 8.2.42.** Efetuar o pagamento de salário aos Empregados até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, bem como fornecer o vale refeição/alimentação e vale transporte aos seus empregados, rigorosamente no prazo estipulado na legislação pertinente, via depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do DETRAN/MT;
- 8.2.43.** A empresa contratada deverá cumprir quaisquer outras exigências legais pertinentes ao objeto licitado, que por ventura não tenham sido explicitados no edital.
- 8.2.44.** Manter afixado no Posto, em local visível, o número do telefone do Plantão, da Delegacia da Polícia Civil da Região, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e outros de interesse, indicados para o melhor desempenho das atividades;
- 8.2.45.** A arma deverá ser utilizada somente em legítima defesa própria ou de terceiros e na salvaguarda do patrimônio da Contratante, após esgotados todos os outros meios para a solução de eventual problema;
- 8.2.46.** Comunicar ao Departamento de Apoio Administrativo todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a apresentar riscos às dependências;
- 8.2.47.** Os supervisores da Contratada deverão obrigatoriamente inspecionar os postos, no mínimo, 02(duas) vezes por semana;
- 8.2.48.** Repor, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da respectiva intimação, após a devida comprovação, garantida previamente ampla defesa e contraditório, qualquer objeto da Contratante e/ou de terceiros que sido danificado ou extraviado por seus empregados;
- 8.2.49.** Fornecer uniformes e seus complementos à mão de obra envolvida, conforme a planilha de formação de custo apresentada juntamente com a proposta da Contratada, de acordo com o clima da região e com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho;
- 8.2.50.** Fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações, anotando a placa do veículo,



**CONTRATO Nº. 024/2015/DETRAN/MT**

inclusive de funcionários autorizados a estacionarem seus carros particulares na área interna das instalações, desprovidos de crachá de acesso;

- 8.2.51.** Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e prestadores de serviço após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana, anotando em livro próprio o nome, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação, empresa a que pertence, tarefa a executar e horário de entrada e saída;
- 8.2.52.** Monitorar e registrar através de livro e arquivo digital, a entrada e saída dos veículos apreendidos que adentrem e são liberados dos pátios de apreensões da sede do DETRAN/MT/Cuiabá-MT, Agências e CIRETRANS do interior que possuem o serviço com posto de 24 horas, na conformidade do que venha a ser estabelecido pela contratante;
- 8.2.53.** A Contratada deverá cumprir a programação dos serviços feita periodicamente pela contratante, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos empregados e das pessoas em geral que se façam presentes;
- 8.2.54.** As ações dos vigilantes devem se restringir aos limites das instalações da Contratante e estarem circunscritas à sua área de atuação estabelecida pela legislação específica;
- 8.2.55.** Os trabalhos deverão ser executados de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à Contratada otimizar a gestão de seus recursos – quer humanos quer materiais – com vistas à qualidade dos serviços à satisfação da Contratante. A Contratada se responsabilizará integralmente pelos serviços contratados, cumprindo evidentemente, as disposições legais que interfiram em sua execução.
- 8.2.56.** O trabalho dos vigilantes será desenvolvido com base em postos de Vigilância e escalas previamente estabelecidos pelo Setor competente da Contratante, os quais, a critério desta, poderão ser remanejados, trocados, modificados ou substituídos no todo ou em parte.
- 8.2.57.** A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;
- 8.2.58.** Caso firme convênio com terceiros para fornecimento de refeições aos vigilantes, submeter-se as exigências legais, sanitárias, trabalhistas e demais pertinentes;
- 8.2.59.** Manter um número telefônico fixo e um móvel para atendimento;
- 8.2.60.** Disponibilizar um telefone móvel para o segurança de plantão, nas localidades previstas neste Termo de Referência;
- 8.2.61.** Apresentar mensalmente declaração em papel timbrado da empresa executora do serviço por cada atividade executada na qual deverá constar data, hora e local da realização do serviço devidamente assinada pela demandante e ou responsável fiscal do serviço.

**8.3. É expressamente vedado à CONTRATADA:**

- 8.3.1.** A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE;
- 8.3.2.** A subcontratação para a execução do objeto deste contrato;
- 8.3.3.** A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, ativo ou



## CONTRATO Nº. 024/2015/DETRAN/MT

aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência deste contrato.

### 8.4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 8.4.1. Expedir a ordem de serviço;
- 8.4.2. Prestar informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da CONTRATADA;
- 8.4.3. Promover a alocação inicial dos postos de serviço e devidos ajustes;
- 8.4.4. Colocar à disposição dos empregados da CONTRATADA local para a guarda de uniforme e outros pertences necessários ao bom desempenho dos serviços;
- 8.4.5. Atestar a execução da prestação dos serviços e receber as faturas correspondentes, quando apresentadas na forma estabelecida em Contrato e neste Termo de Referência;
- 8.4.6. Deduzir e recolher os tributos devidos na fonte sobre os pagamentos efetuados à CONTRATADA;
- 8.4.7. Supervisionar o conjunto de atribuições a serem exercidas pelos empregados da CONTRATADA para a prestação dos serviços, conforme detalhamento constante em Contrato, evitando e restringindo que os prestadores de serviço contratados exerçam atividades próprias dos servidores efetivos;
- 8.4.8. Permitir o acesso e a permanência dos empregados da CONTRATADA às suas dependências, para a execução dos serviços contratados, garantido, nesse caso, o direito de notificação direta da pessoa encarregada da função contratada, sem que isso caracterize qualquer subordinação entre o empregado da CONTRATADA e o CONTRATANTE;
- 8.4.9. Efetuar inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais;
- 8.4.10. Exercer a Fiscalização e Supervisão dos serviços prestados, por servidores previamente designados, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas, acompanhando rigorosamente o cumprimento, pela CONTRATADA de todas as suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias relacionadas ao respectivo Contrato, exigindo cópias dos documentos comprobatórios da quitação dessas obrigações;
- 8.4.11. Exigir o imediato afastamento e/ou substituição de qualquer empregado da CONTRATADA considerado inadequado ou não qualificado para a execução dos serviços contratados, com ônus da substituição para a CONTRATADA;
- 8.4.12. No caso de ser constatado desempenho insuficiente do empregado alocado pela CONTRATADA, frente às necessidades do CONTRATANTE, o servidor titular da Unidade Administrativa demandante dos serviços comunicará tal ocorrência ao fiscal técnico do Contrato, via memorando, ficando o mesmo responsável por solicitar ao preposto da CONTRATADA a apresentação de novo empregado, de acordo com os critérios e prazos estabelecidos em Contrato;
- 8.4.13. Fornecer condições adequadas para instalações dos equipamentos;
- 8.4.14. Efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;



**CONTRATO Nº. 024/2015/DETRAN/MT**

- 8.4.15.** Exercer a fiscalização dos serviços prestados, por servidores designados para esse fim;
- 8.4.16.** Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;
- 8.4.17.** Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos nas especificações técnicas e nas atribuições, solicitando à CONTRATADA as substituições e os treinamentos que se verificarem necessários.
- 8.4.18.** Formular a folha de presença dos vigilantes, mesmo a CONTRATADA já sendo responsável pelo registro de assiduidade, para que os mesmos possam assinar junto ao fiscal técnico de contrato na sede do DETRAN (para os Vigilantes lotados na sede do DETRAN). E para os lotados nas CIRETRANS do interior, os chefes deverão encaminhar, por e-mail, até dia 02 (dois) de cada mês folha de presença dos vigilantes, assinada pelo vigilante e carimbado e assinado pelo chefe da CIRETRAN para conferência e posterior atesto pelo fiscal técnico de contrato.

**9. CLÁUSULA NONA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

- 9.1.** O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas contratuais e as normas enumeradas na lei 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 9.2.** Alocar, no prazo não superior a 07 (cinco) dias corridos antes do início da vigência do contrato, os empregados designados nos respectivos postos do DETRAN-MT, localizados no interior do estado de Mato Grosso, de acordo com o Termo de referência da Gerência de Serviços Auxiliares do DETRAN-MT, nos horários fixados na escala de serviços.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO**

- 10.1.** O presente contrato será acompanhado e fiscalizado, nos termos do artigo 67 da Lei n.º 8.666/93, em conjunto de acordo com as áreas abrangidas no objeto, pelo (a): Diretoria de Administração Sistêmica, através da Gerência de Serviços Auxiliares – GSA, do DETRAN/MT, na execução dos serviços e no cumprimento de todas as cláusulas e condições constantes do contrato devendo providenciar as anotações de todas as ocorrências em registro próprio, nos termos do parágrafo 1º do artigo 67 da Lei n.º 8.666/93, podendo determinar o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados na execução contratual.
- 10.2.** A execução dos serviços ora contratados serão prestados nas CIRETRANS no interior do estado de Mato Grosso e serão acompanhados e fiscalizados pela Sra. **LEANDRA FRANCISCO ALVES DE SOUZA**, tendo como fiscal substituto o Sr. **MAURÍCIO DE OLIVEIRA RODRIGUES**.
- 10.2.1.** As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos representantes deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, como previsto em parágrafo 2º, do artigo 67, da Lei n.º 8.666/93.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO**

- 11.1.** O inadimplemento das Cláusulas estabelecidas neste Contrato pela CONTRATADA assegurará o DETRAN/MT o direito de rescindi-lo, no todo ou em parte, a qualquer tempo, mediante comunicação oficial de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência à outra parte, em consonância com os artigos 77 até 80 da Lei 8.666/93 e suas alterações.



## CONTRATO Nº. 024/2015/DETRAN/MT

- 11.1.1. A critério do DETRAN/MT caberá rescisão contratual independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, quando a firma:
- 11.1.2. Paralisar os serviços, sem justa e prévia comunicação ao DETRAN/MT.
- 11.1.3. Quando os serviços não tiverem o andamento previsto.
- 11.1.4. Não informar corretamente o DETRAN/MT, sobre o andamento dos serviços contratados.
- 11.1.5. Dificultar os trabalhos de fiscalização dos serviços pelo DETRAN/MT.
- 11.1.6. Subcontratar total ou parcialmente sem autorização do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/MT.
- 11.1.7. Outros casos previstos na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, que autoriza a rescisão.
- 11.2. No caso de rescisão unilateral, por inadimplência da firma Contratada, a mesma caberá receber o valor dos serviços no limite do que já foram executados e atestados pela fiscalização.
- 11.3. No caso de rescisão bilateral, à firma Contratada terá direito a receber o valor dos serviços executados e atestados pela fiscalização, e o que lhe couber conforme art. 79 da Lei 8.666/93.
- 11.4. Em qualquer das hipóteses suscitadas, o Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/MT não reembolsará ou pagará à firma Contratada qualquer indenização ou outros direitos a seus empregados por força da Legislação Trabalhista e da Previdência Social.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DAS PENALIDADES

- 12.1. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA que:
  - 12.1.1. Apresentar documentação falsa;
  - 12.1.2. Retardar a execução do objeto;
  - 12.1.3. Falhar na execução do contrato;
  - 12.1.4. Fraudar na execução do contrato;
  - 12.1.5. Apresentar comportamento inidôneo;
  - 12.1.6. Declaração falsa;
  - 12.1.7. Fraude fiscal.
- 12.2. Para os fins do item 12.1.5, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.
- 12.3. Para condutas descritas nos itens 12.1.1, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 será aplicada multa de no máximo 30% do valor do contrato.
- 12.4. Será deduzido do valor da multa aplicada em razão de falha na execução do contrato, de que trata o item 12.1.3 desta, o valor relativo às multas aplicadas em razão do item 12.1.7 desta.
- 12.5. O retardamento da execução previsto no item 12.1.2, estará configurado quando a CONTRATADA:
  - a) deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 7 (sete) dias contados da data constante na ordem de serviço;
  - b) deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.
- 12.6. A falha na execução do contrato prevista no item 12.1.3 desta estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela 3 do item 6



**CONTRATO Nº. 024/2015/DETRAN/MT**

desta, respeitada a graduação de infrações conforme tabela 1 a seguir, e alcançar o total de 20 (vinte) pontos, cumulativamente.

**Tabela 1**

GRAU DA INFRAÇÃO	PONTOS DA INFRAÇÃO
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

- 12.7. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração poderá aplicar multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

**Tabela 2**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA (R\$)
1	300,00
2	500,00
3	700,00
4	900,00
5	2.000,00
6	5.000,00

**Tabela 3**

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá.	1	Por empregado e/ou por ocorrência
2	Permitir a presença de empregado sem utilizar equipamentos de proteção individual quando for o caso (EPI's), por funcionário.	4	Por empregado e/ou por ocorrência
3	Entregar fora do prazo estipulado, lista dos funcionários que serão locados, juntamente com a documentação exigida neste.	1	Por dia de atraso
4	Fraudar qualquer documentação que deverá ser entregue à CONTRATADA para posterior pagamento da nota fiscal.	6	Por ocorrência
5	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços.	2	Por empregado e por dia
6	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência



**CONTRATO Nº. 024/2015/DETRAN/MT**

7	Fornecer informação falsa de serviço ou substituição de material.	2	Por ocorrência
8	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	6	Por ocorrência
9	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	3	Por ocorrência
10	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	5	Por ocorrência
11	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
12	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
13	Retirar das dependências do DETRAN ou CIRETRANS quaisquer equipamentos ou materiais, previstos em contrato, sem autorização prévia do responsável.	1	Por item e por ocorrência
14	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da CONTRATANTE.	4	Por empregado e/ou por ocorrência
PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:			
15	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como deixar de preencher o livro de ocorrência diariamente.	1	Por funcionário e por dia
16	Fornecer uniforme conforme quantidade e tempo determinado na tabela de uniformes e equipamentos para vigilante armado.	2	Por funcionário e por dia
17	Manter todos os equipamentos necessários a execução dos serviços, em perfeitas condições de uso.	2	Por dia
18	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas.	1	Por item e por ocorrência.
19	Substituir empregado que tenha conduta	1	Por empregado



**CONTRATO Nº. 024/2015/DETRAN/MT**

	inconveniente ou incompatível com suas atribuições.		e por dia
20	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
21	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO.	1	Por unidade de tempo definida no contrato
22	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários.	1	Por ocorrência
23	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
24	Efetuar a reposição de funcionários faltosos em tempo determinado pelo contrato.	2	Por ocorrência
25	Efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas.	2	Por dia e por ocorrência
26	Manter sede, filial ou escritório de atendimento na cidade local de prestação dos serviços.	1	Por ocorrência e por dia
27	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária.	2	Por ocorrência e por dia
28	Creditar os salários nas contas bancárias dos empregados, em agências localizadas na cidade local da prestação dos serviços em prazo determinado no Contrato.	1	Por ocorrência e por dia
29	Entregar ou entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida neste contrato.	1	Por ocorrência e por dia
30	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida para pagamento no título: DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA.	1	Por ocorrência e por dia
31	Entregar a garantia contratual nos termos e prazos estipulados.	1	Por dia
32	Entregar os equipamentos/matérias, em	3	Por ocorrência





**CONTRATO Nº. 024/2015/DETRAN/MT**

	prazo exigido neste, para o desenvolvimento dos trabalhos de seus empregados exigidos neste Termo de Referência.		e por dia
--	--	--	-----------

- 12.8.** A sanção de multa poderá ser aplicada à CONTRATADA juntamente à de impedimento de licitar e contratar estabelecida no item 1 deste.
- 12.9.** O valor da multa deverá ser descontado (Glosado) do pagamento mensal a ser efetuado à CONTRATADA.
- 12.9.1.** Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual.
- 12.9.2.** Se os valores do pagamento e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.
- 12.10.** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- 12.11.** Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dias) dias úteis, contado da solicitação da CONTRATANTE, a partir do qual se observará o disposto nos itens 4 e 5 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA**

- 13.1.** A CONTRATADA deverá apresentar à Administração da CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de entrega do protocolo da via assinada do contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor anual atualizado do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 13.2.** A garantia assegurará qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 13.2.1.** Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- 13.2.2.** Multas punitivas aplicadas pela FISCALIZAÇÃO à CONTRATADA;
- 13.2.3.** Prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; e
- 13.2.4.** Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.
- 13.3.** No caso de a CONTRATADA optar pelo seguro-garantia, poderá decidir-se por uma das seguintes alternativas:
- 13.3.1.** Apresentar seguro-garantia para os riscos elencados nos subitens 13.2.1 a 13.2.4., correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual atualizado do contrato, na modalidade “Seguro-garantia do Construtor, do Fornecedor e do Prestador de Serviço” com cláusula específica indicando a cobertura adicional de obrigações previdenciárias e/ou trabalhistas não honradas pela CONTRATADA; ou
- 13.3.2.** Apresentar seguro-garantia, modalidade “Seguro-garantia do Construtor, do Fornecedor e do Prestador de Serviço” para cobertura dos subitens 13.2.1 a 13.2.3 do item 13.2 acima, complementada com a garantia adicional da modalidade “Seguro-Garantia de Ações Trabalhistas e Previdenciárias” para o subitem 13.2.4 do item 13.2 acima,



**CONTRATO Nº. 024/2015/DETRAN/MT**

correspondentes a 1% (um por cento) e 4% (quatro por cento), respectivamente, do valor anual atualizado do contrato.

- 13.4.** A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).
- 13.5.** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.
- 13.5.1.** A retenção efetuada com base no item 13.5 desta não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA.
- 13.5.2.** A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir a retenção efetuada com base no item 5 desta por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 13.5.3.** O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à CONTRATADA.
- 13.6.** O número do contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador.
- 13.7.** Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a FISCALIZAÇÃO do contrato deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora paralelamente às comunicações de solicitação de defesa prévia à CONTRATADA bem como as decisões finais de 1ª e última instâncias administrativas.
- 13.8.** O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo DETRAN com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.
- 13.9.** Será considerada extinta a garantia:
- 13.9.1.** Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 13.9.2.** Com a extinção do contrato.
- 13.10.** Isenção de responsabilidade da garantia:
- 13.10.1.** O DETRAN/MT não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:
- 13.10.2.** Caso fortuito ou força maior;
- 13.10.3.** Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
- 13.10.4.** Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;
- 13.10.5.** Atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.
- 13.10.6.** Caberá à própria administração apurar a isenção da responsabilidade prevista nos itens 13.10.3 e 13.10.4 desta cláusula, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pelo DETRAN/MT.
- 13.11.** Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pela CONTRATANTE à CONTRATADA, no prazo de até 90 (noventa) dias após o



## CONTRATO Nº. 024/2015/DETRAN/MT

término de vigência do contrato.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE**

- 14.1.** É admitida a repactuação dos preços deste contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do acordo, ou convenção coletiva de trabalho ou sentença normativa vigente à época da apresentação da proposta e adotados para elaboração desta.
- 14.1.1.** Inexistindo sentença normativa, convenção ou acordo coletivo de trabalho, a repactuação dos preços da mão de obra terá como base a pesquisa de preços realizada na mesma fonte utilizada para a fixação da remuneração inicial, devendo ser observados os mesmos critérios fixados quando da elaboração da estimativa de preços, neste caso contando-se o interregno mínimo da data de apresentação da proposta.
- 14.2.** Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de 12 (doze) meses será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros da última repactuação ocorrida.
- 14.3.** Caso a CONTRATADA não requeira tempestivamente a repactuação e prorrogue o contrato sem pleiteá-la, ocorrerá a preclusão do direito.
- 14.4.** Ocorrerá igualmente a preclusão do direito à repactuação caso o pedido seja formulado depois de extinto o contrato.
- 14.5.** As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas de composição de custos e formação de preços, do novo acordo ou convenção coletiva ou sentença normativa da categoria que fundamenta a repactuação, e, se for o caso, dos documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado de cada um dos itens da planilha a serem alterados.
- 14.5.1.** Os preços de insumos de mão de obra decorrentes de convenção, acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou definidos pelo poder público, tais como auxílio alimentação e vale transporte, serão reajustados com base nos respectivos instrumentos legais, no mesmo momento – e por meio do mesmo instrumento – em que ocorrer a repactuação da mão de obra, com efeitos financeiros das datas das efetivas alterações de custos de cada item, nos termos dos itens 1 e 2 desta cláusula.
- 14.5.2.** O item “aviso prévio trabalhado” será pago somente no primeiro ano de vigência do contrato. A variação do aviso prévio instituída pela Lei n. 12.506/2011, a ocorrer após o primeiro ano de contrato, somente será paga ao término da vigência do contrato, a partir do segundo ano.
- 14.6.** É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- 14.7.** É admitido, por ocasião da repactuação, o reajuste dos custos com insumos, materiais e equipamentos, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data limite para apresentação da proposta.
- 14.7.1.** Se, no momento da repactuação, a CONTRATADA ainda não fizer jus ao reajuste, nos termos deste item, ocorrerá somente a repactuação, podendo, a CONTRATADA, em momento oportuno, após o implemento da condição (interregno mínimo de 12 (doze)



## CONTRATO Nº. 024/2015/DETRAN/MT

meses), solicitar o reajuste de direito.

**14.8.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de 12 (doze) meses será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido.

**14.9.** Caso a CONTRATADA não requeira tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

**14.10.** Para os reajustes de insumos, materiais e equipamentos será utilizada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, acumulado em 12 (doze) meses, adotando-se uma das seguintes fórmulas:

**14.10.1. Fórmula de cálculo "a":**

$$R = \frac{(I - I_0)}{I_0} \cdot P$$

Onde:

a) para o primeiro reajuste:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do reajuste;

I<sub>0</sub> = índice relativo ao mês da data do orçamento ou da data limite para apresentação da proposta;

P = preço atual dos serviços.

b) para os reajustes subsequentes:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do novo reajuste;

I<sub>0</sub> = índice relativo ao mês do início dos efeitos financeiros do último reajuste efetuado;

P = preço dos serviços/produtos atualizado até o último reajuste efetuado.

**14.10.2. Fórmula de cálculo "b":**

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:

Pr = preço reajustado, ou preço novo;

P = preço atual (antes do reajuste);

V = variação percentual obtida na forma do item 10 desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

**14.11.** Qualquer que seja a variação apurada nos termos do item anterior, o percentual de reajuste máximo a ser aplicado será aquele definido como centro da meta de inflação fixada – pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), nos termos do Decreto nº 3.088, de 21 de junho de 1999 – para o exercício em que tiverem início seus efeitos financeiros.

**14.12.** O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da CONTRATADA, nos termos do item 14.7 desta cláusula.

**14.13.** A repactuação e o reajuste ocorrerão simultaneamente e serão formalizados em um mesmo instrumento, por meio de aditivo ao contrato.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO DIREITO DE PETIÇÃO**

**15.1.** No tocante à recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/93.



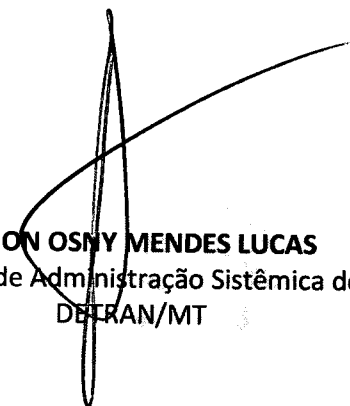
**CONTRATO Nº. 024/2015/DETRAN/MT**


**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO**

- 16.1.** Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato, as partes elegem foro da Comarca de Cuiabá/MT, com exclusão a qualquer outro por mais privilegiado que seja.
- 16.2.** E, por estarem entre si ajustadas e contratadas, depois de lido e achado conforme, as partes assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com duas testemunhas abaixo.

Cuiabá/MT, 22 de Dezembro de 2015.

  
**ROGERS ELIZANDRO JARBAS**  
Presidente do DETRAN/MT

  
**ARNON OSNY MENDES LUCAS**  
Diretor de Administração Sistêmica do  
DETRAN/MT

  
**LUCIANO LOPES DA COSTA GOMES**  
DISP SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA EPP  
Representante Legal

**TESTEMUNHAS:**

1. \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_